



**Bianca Camargo Martins
(Organizadora)**

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 3



**Bianca Camargo Martins
(Organizadora)**

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 3

Atena
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A772	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : planejando e edificando espaços / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Arquitetura e Urbanismo. Planejando e Edificando Espaços; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-846-5 DOI 10.22533/at.ed.465191912 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Projeto arquitetônico. I. Martins, Bianca Camargo. II. Série. CDD 711
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O foco da presente edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 3” ressalta a multiplicidade de enfoques e abordagens relacionadas à arquitetura e ao espaço urbano, disseminando visões e saberes acerca desses conhecimentos.

Em tempos em que a divulgação científica é vital para a continuidade das importantes pesquisas aqui desenvolvidas, a Atena Editora reafirma seu compromisso em ampliar e democratizar o acesso ao conhecimento.

Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas particulares ou públicas, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estas importantes pesquisas.

Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
MUSEU SENSORIAL DO CERRADO SENSORIAL MUSEUM OF CERRADO	
Fabiane Krolow	
Karina Marcondes Colet	
Paulina Aparecida Damin Soldatelli	
Paula Roberta Ramos Libos	
DOI 10.22533/at.ed.4651919121	
CAPÍTULO 2	14
TEATRO VARIEDADES EM RIO CLARO - SP: RECONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA ARQUITETÔNICA	
Ícaro Fassoli	
Marcelo Cachioni	
DOI 10.22533/at.ed.4651919122	
CAPÍTULO 3	32
AS POTENCIALIDADES PARA ALÉM DO AÇO: O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NAS CIDADES DO INTERIOR DE GOIÁS. UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE SÃO LUIZ DO NORTE/GO	
Richardson Thomas da Silva Moraes	
Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.4651919123	
CAPÍTULO 4	48
INFORMAR PARA PRESERVAR: A ARQUITETURA MODERNA NO BALNEÁRIO DE CABEÇUDAS	
Giselle Carvalho Leal	
Thayse Fagundes e Braga	
DOI 10.22533/at.ed.4651919124	
CAPÍTULO 5	60
ACESSIBILIDADE EM PATRIMÔNIO CULTURAL: ANÁLISE DO CENÁRIO DO CONJUNTO FRANCISCANO EM JOÃO PESSOA-PB, POR PORTADORES DE DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA	
Deborah Padula Kishimoto	
Raissa Silva Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.4651919125	
CAPÍTULO 6	72
OS TOMBAMENTOS VIA LEIS MUNICIPAIS, VALIDADE E IMPLICAÇÕES: O CASO DA MANCHA FERROVIÁRIA DE SANTA MARIA- RS	
Cristiane Leticia Oppermann Thies	
Daniel Maurício Viana De Souza	
DOI 10.22533/at.ed.4651919126	

CAPÍTULO 7	83
O INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO E RESGATE DA MEMÓRIA: O CASO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO – CAMPUS SÃO PAULO	
Amanda Regina Celli Lhobrigat Melissa Ramos da Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4651919127	
CAPÍTULO 8	96
O POUSO DE TROPAS COLONIAL EM BENTO RODRIGUES: O CASO DOS TRABALHOS DE RESGATE ARQUEOLÓGICO PÓS DESASTRE	
Magno augusto coelho santos	
DOI 10.22533/at.ed.4651919128	
CAPÍTULO 9	108
ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA DECORATIVA: A POLICROMIA DO RETÁBULO DO ALTAR-MOR DA IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCOS DA PENITÊNCIA EM FLORIANÓPOLIS/SC	
Laís Soares Pereira Simon	
DOI 10.22533/at.ed.4651919129	
CAPÍTULO 10	122
ESTADO ARQUITECTÓNICO DE LA IGLESIA DEL CARMEN DE LA VILLA 25 DE MAYO, MENDOZA – ARGENTINA	
Guadalupe Cuitiño Alfredo Esteves Laura Najjar	
DOI 10.22533/at.ed.46519191210	
CAPÍTULO 11	134
CAPOEIRA: INSTRUMENTO ALTERNATIVO PARA FOMENTAR A AFROCIDADANIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL	
Luciene Gustavo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.46519191211	
CAPÍTULO 12	147
A CIDADE DE BIRIGUI - SP E SEU PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO PAISAGÍSTICO: O MERCADO MUNICIPAL E SUA PRAÇA ADJACENTE	
Fabrícia Dias da Cunha de Moraes Fernandes Korina Aparecida Teixeira Ferreira da Costa Jayne Lopes Moura	
DOI 10.22533/at.ed.46519191212	
CAPÍTULO 13	159
A PAISAGEM CULTURAL DE AMARANTE, PI E A EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO	
Andréa Lourdes Monteiro Scabello	
DOI 10.22533/at.ed.46519191213	

CAPÍTULO 14	172
ANÁLISE DA PAISAGEM: O PATRIMÔNIO E A PAISAGEM CULTURAL EM VERANÓPOLIS/RS – BRASIL	
Paula Fogaça Alina Gonçalves Santiago Dirceu Piccinto Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.46519191214	
CAPÍTULO 15	190
HISTÓRIA, CULTURA E LAZER EM CONEXÃO: INFLUÊNCIA DA CRIAÇÃO DO PARQUE DA CIDADANIA NA CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM DA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DA CIDADE DE TERESINA-PI	
Lara Jhélia de Sousa Sampaio Mariana Luiza Bezerra Sampaio Hanna Morganna de Deus Alves Augusto César Barros de Moura Neiva Myrlla Lorene de Macedo Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.46519191215	
CAPÍTULO 16	202
A ATIVIDADE COMERCIAL EM FEIRA DE SANTANA (BA): USOS DO ESPAÇO PÚBLICO	
Alessandra Oliveira Teles	
DOI 10.22533/at.ed.46519191216	
CAPÍTULO 17	217
MINHOÇÃO: ENTRE O TRANSGREDIR E O MEDIAR OS BENS COLETIVOS PRODUZIDOS A PARTIR DE INICIATIVAS DE MORADORES, MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES	
Maria Isabel Camañes Guillén	
DOI 10.22533/at.ed.46519191217	
CAPÍTULO 18	231
DO PIONEIRISMO AO ESQUECIMENTO: AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS DE FERNÃO VELHO, MACEIÓ-AL	
Mônica Peixoto Vianna Carina Letícia Rodrigues Oliveira Falcão Hugo Fernando Calheiros	
DOI 10.22533/at.ed.46519191218	
CAPÍTULO 19	244
EFEITOS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO NA PAISAGEM DO MUNICÍPIO DE BARRA LONGA, MINAS GERAIS	
Teresa Cristina Guerra de Andrade Maria Luiza Almeida Cunha de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.46519191219	

CAPÍTULO 20	256
A EXPANSÃO URBANA DE MARINGÁ COMANDADA PELA CTNP E SEUS FUNCIONÁRIOS DO ALTO ESCALÃO	
Layane Alves Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.46519191220	
CAPÍTULO 21	264
A OFERTA IMOBILIÁRIA DE SALVADOR PARA A ALTA RENDA: UTOPIAS, ISOTOPIAS E HETEROTOPIAS	
Sarah Nascimento dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.46519191221	
CAPÍTULO 22	278
URBANISMO BIOCLIMÁTICO: AMBIÊNCIA URBANA E PATRIMÔNIO DA PRAÇA TOCHETTO EM PASSO FUNDO, RS	
Evanisa Fátima Reginato Quevedo Melo Mirian Carasek	
DOI 10.22533/at.ed.46519191222	
CAPÍTULO 23	290
MODIFICAÇÃO DA HABITAÇÃO: UMA AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO NO CONJUNTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL EWERTON MONTENEGRO GUIMARÃES EM VILA VELHA-ES	
Bruna Gonçalves Merisio Cynthia Marconsini Loureiro Santos Liziane de Oliveira Jorge	
DOI 10.22533/at.ed.46519191223	
CAPÍTULO 24	302
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: INFLUÊNCIA DO PAPEL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRESTADA PELO ESCRITÓRIO DE ENGENHARIA PÚBLICA (EPTEC) PARA O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA	
Eufrosina de Azevêdo Cerqueira Diogenes Oliveira Senna Adriele Souza da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.46519191224	
CAPÍTULO 25	316
POSSIBILIDADES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO URBANA: O CASO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
Reginaldo Magalhães de Almeida Iara Cassimiro de Oliveira Luiza Abreu Campos Almir Teixeira Esquárcio Julia Malard Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.46519191225	

CAPÍTULO 26	328
POLÍTICA NACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA ANÁLISE DE SUA APLICAÇÃO NO MUNICÍPIO DE GUANAMBI - BA	
Bruno Miola da Silva Poliana Bomfim Coutrin	
DOI 10.22533/at.ed.46519191226	
CAPÍTULO 27	344
AVALIAÇÃO DE SOLUÇÕES PARA MANUSEIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NAS HABITAÇÕES MULTIFAMILIARES DO RIO DE JANEIRO	
Alice Magalhães Garcia Souza Maria Cristina Moreira Alves	
DOI 10.22533/at.ed.46519191227	
CAPÍTULO 28	357
MECANISMO INTELIGENTE DE GERAÇÃO DE UMA EXPRESSÃO ARQUITETÔNICA COM O AMBIENTE AUTOMATIZADO	
Wanessa Glanzel Hoffmann Josana Fernandes da Rosa Marcos Rocha Galvão Fagundes de Souza Cleverson Porto da Silva Fernanda Barreto Rafael Bastos Duarte José Wanderson Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.46519191228	
CAPÍTULO 29	370
O RIO GRANDE DO SUL E AS FONTES SUSTENTÁVEIS: ANÁLISE DA MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO	
Denise de Souza Saad Danielle de Souza Saad Caryl Eduardo Jovanovich Lopes Clarissa de Oliveira Pereira Hugo Henzel Steinner	
DOI 10.22533/at.ed.46519191229	
CAPÍTULO 30	380
ESTUDO DE MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS EM PONTES E VIADUTOS DE CONCRETO ARMADO NA CIDADE DE CUIABÁ-MT	
Guilherme Antonio Rosa e Silva Nogueira Barbosa Camila Raia Santos Bastos Raquel Alves Fernandes da Silva Maria Fernanda Fávero Menna Barreto Ana Paula Maran	
DOI 10.22533/at.ed.46519191230	
CAPÍTULO 31	393
INFLUÊNCIA DA ADIÇÃO DE AGREGADO RECICLADO EM CONCRETOS: UM ESTUDO SOBRE O CISALHAMENTO EM ELEMENTOS ESTRUTURAIIS	
Max Silva Michelle Cordeiro	

CAPÍTULO 32	406
REAPROVEITAMENTO DA CONCHA DE MARISCO COMO AGREGADOS EM ARGAMASSAS E CONCRETOS NÃO ESTRUTURAIS	
João Manoel de Freitas Mota Ronaldo Faustino da Silva Yuri Barros Lima Moraes Ângelo Just Costa e Silva André Miranda Santos	
DOI 10.22533/at.ed.46519191232	
CAPÍTULO 33	417
AZULEJARIA BRASILEIRA E DESIGN	
Flávia Marques de Azevedo Esperante	
DOI 10.22533/at.ed.46519191233	
CAPÍTULO 34	424
CHAPECÓ/SC E PASSO FUNDO/RS: ESTUDO COMPARATIVO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS	
Ana Laura Vianna Villela Gabriela Borges da Silva Emanuelli Schneiders Aléxander Augusto Ortmeier Maryon Brotto Isadora Zanella Zardo	
DOI 10.22533/at.ed.46519191234	
CAPÍTULO 35	441
PLANEJAMENTO URBANO EM SÃO PAULO, FASE PIONEIRA DOS ANOS 1950-60	
Adilson Costa Macedo Altamir Clodoaldo Rodrigues da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.46519191235	
CAPÍTULO 36	447
POR UMA AUTONOMIA CONCRETIZÁVEL: FUNDAMENTOS PARA A ARQUITETURA EM REGIÕES DE FRAGILIDADE SOCIOESPACIAL E AMBIENTAL	
Vera Santana Luz	
DOI 10.22533/at.ed.46519191236	
CAPÍTULO 37	472
COMO O URBANISMO TEM SIDO OPERADO EM PROCESSOS DE CONCESSÃO: A APLICAÇÃO DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA	
Carolina Heldt D'Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.46519191237	
SOBRE A ORGANIZADORA	493
ÍNDICE REMISSIVO	494

PLANEJAMENTO URBANO EM SÃO PAULO, FASE PIONEIRA DOS ANOS 1950-60

Adilson Costa Macedo

Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo, ORCID 0000-0002-5918-5471

Altamir Clodoaldo Rodrigues da Fonseca

Universidade Paulista- S. J. dos Campos, SP
Curso de Arquitetura e Urbanismo, <http://lattes.cnpq.br/7311188730142671>

RESUMO: Trata-se da fase pioneira da implantação do planejamento urbano contemporâneo no Estado de São Paulo, anos 1950-1960. A sistemática ainda incipiente de planejar sobretudo nos municípios menores e de aplicação dos instrumentos Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, PDDI. Tema de ampla repercussão difundido através de encontros, palestras, artigos na imprensa e revistas da época. Destaca-se o pouco o interesse despertado na sociedade civil e o empenho das associações de classe de engenharia e arquitetura que promoveram diversos encontros sobre o assunto. Comenta-se sobre a influência que teriam os planos diretores sobre as políticas de governo voltadas aos municípios. Faz-se menção a introdução Projeto Urbano como atividade de parceria público privada no município de São Paulo, com vistas ao desenvolvimento de bairros através de conceitos importados do município norte-americano Nova Iorque, relativos a políticas

públicas e arquitetura da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: planejamento urbano, plano diretor, projeto urbano.

URBAN PLANNING IN SÃO PAULO, PIONEER PHASE OF THE 1950-60

ABSTRACT: This is the pioneer phase of the implementation of contemporary urban planning in the State of São Paulo, 1950-1960. The still incipient system of planning above all in the smaller municipalities and applying the Integrated Master Plan Development Plan, PDDI. Theme of wide repercussion spread through meetings, lectures, articles in the press and magazines of the time. Noteworthy is the little interest aroused in civil society and the commitment of the engineering and architecture class associations that promoted several meetings on the subject. It is commented on the influence that the master plans would have on the government policies directed to the municipalities. Mention is made of the introduction of Urban Project as a public-private partnership activity in the city of São Paulo, with a view to the development of neighborhoods through concepts imported from the US city of New York, related to public policies and architecture of the city.

KEYWORDS: urbanism, master plan, urban planning

1 | INTRODUÇÃO

Sobre o urbanismo e o trabalho urbanistas dos anos 1950 e 1960 no estado de São Paulo e a compreensão do conjunto de conceitos desta época, partimos da análise de ideias em correntes no âmbito profissional, político e acadêmico. Muitos destes profissionais eram conhecidos por seus trabalhos, como Saturnino de Brito, engenheiro sanitarista responsável por diversos projetos de saneamento em cidades do Brasil, se destacando os canais da cidade de Santos-S.P. Outros eram conhecidos pela atuação política como Prestes Maia, que foi prefeito de São Paulo por duas vezes. O primeiro mandato de Maia, foi na ditadura do Estado Novo devido seu alinhamento político. O segundo aconteceu pelo voto popular na década de 1960. O planejamento urbano como é comum acontecer, era exercido em dupla jornada, por aqueles profissionais que se dividiam entre trabalhar nos órgãos públicos e na docência, em instituições de ensino superior: uma salutar duplicidade. (LEME,1999).

Existem críticas de diversos autores a este modelo de planejamento, sobretudo ao fato de possuírem pouca participação social na sua elaboração e baixo efeito de ação, como quesitos subsequentes. Por estes motivos ficaram como estigma de planos de gabinete, com ênfase em planejamento urbano e territorial, com a boa intenção de criar condições de desenvolvimento econômico e social, mas, sem políticas públicas eficientes. Havia uma clara distância entre o proposto e o realizado que era definido por forças externas ao planejamento, notadamente econômicas e políticas. Sem contar que para muitos prefeitos o plano diretor serviu apenas para cumprir a imposição oficial e ocupar espaço na prateleira.

2 | CONTEXTO HISTÓRICO

Para o entendimento do planejamento urbano no Brasil adota-se a periodização, proposta por Leme (1999). Primeira fase de 1895 a 1930; segunda fase de 1930 a 1945 e a terceira até 1964. Nos deteremos na segunda e na terceira fase onde o ideário foi consolidado e passou a permear a sociedade de diversos municípios brasileiras. Até por volta de 1960 se configurou o ideário do planejamento urbano com características de planos de melhoramentos que se ampliaram para todos os departamentos municipais e receberam a denominação de Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado, PDDI, onde se pode ressaltar:

- Os procedimentos associados a corrente paulistana de Anhaia Mello, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAUUSP, através do Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos, CPEU;

- O Plano de Desenvolvimento Local Integrado, PDLI, do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, SERFHAU, posto em prática desde ano de sua fundação em 1964 (VIZIOLI,1998)

Na cidade de São Paulo o urbanismo cresceu pelo viés do planejamento urbano, entre 1950-1970, baseado na escola americana que apregoa princípios de administração envolvendo todos os departamentos da municipalidade. Uma concepção de planejamento como sistema de controle, onde o urbano é braço de um conjunto integrado. Daí a nomenclatura planejamento urbano integrado com a competência de coordenar e articular as ações setoriais, participando diretamente da administração municipal como corpo consultivo em canal direto com o prefeito. Marco de referência foi o Plano de Nova York elaborado pela equipe de Thomas Adams, entre 1924 e 1929.

“o zoneamento abrangente ao conjunto da cidade e que articula em cada zona diferentes parâmetros urbanísticos. Este zoneamento que deixa de ser episódico e passa a ser pensado como forma sistemática de regulação do espaço urbano terá como referência o zoneamento de New York de 1916.” (FELDMAN, 2004).

Neste período se passa a dissociar o ato de projetar com o de planejar, uma dicotomia entre a arquitetura da cidade e o planejamento urbano e regional, dentro da disciplina mãe que é o Urbanismo. Um grupo significativo de arquitetos com a visão do planejamento integrado, emprestada dos norte-americanos, passaram a confundir a atividade de planejamento e gestão dos sistemas urbanos, com o Urbanismo em sua integridade. Urbanismo por definição inclui o planejar como atividade que antecede, e depois, acompanha os procedimentos de projetar a cidade como arquitetura. A dicotomia envolve arquitetos com interesses diversos: o planejador, sendo um arquiteto especialista em determinado campo do conjunto interdisciplinar e o arquiteto desenhador como responsável por dar forma aos elementos urbanos: via, quadra, lotes, edifícios e áreas livres. Curioso é notar que nesta época, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAUUSP, formaram-se duas alas de professores (entre outras) que se entreolhavam de viés: os planejadores, dados ao discurso socioeconômico e político, atentos ao macro e micro zoneamento e a estatística; em oposição aos arquitetos, que dominavam o desenho e o projeto, sabiam construir e eram mais ligados as artes. Todos importantes para a configuração das cidades e regiões

Em Nova Iorque, década de 1960, enquanto se consolidava o planejamento integrado da administração municipal, despontou o projeto urbano - *urban design* – na administração do prefeito John Lindsay – e coordenado pelo arquiteto-professor da Universidade da Pennsylvania Jonathan Barnett, pioneiro, fundador da disciplina Projeto Urbano, entendida como resultado da arquitetura e de processos de implementação de projetos para áreas com limites perfeitamente determinados, parceiros públicos e privados, e, assegurada sua viabilidade financeira (BARNETT, 1974). Desta vez, ela nos serviu em tempo relativo, pois já havia uma década da experiência norte-

americana. Procedimento este, aplicado na administração do prefeito Olavo Setúbal através da Empresa Municipal de Urbanização, EMURB.

Após o período Vargas (1939-1945), no Brasil, despontou o processo de urbanização acelerada e da urgência de solucionar os problemas gerados pelo crescimento das cidades, em particular de São Paulo e sua região metropolitana. Processo originado pela industrialização e a migração intensa. A migração campo cidade e inter-regional especialmente do Nordeste para o sudeste, ampliam a discussão nos municípios brasileiros - período de 1946 a 1964 – sobre as questões relacionadas com as políticas públicas. (FARIA, 2009).

A nova visão do urbanismo reforça a atuação profissional através de diversas entidades como EBAP – Escola de Administração Pública (atual ENAP) e através da Fundação Getúlio Vargas, que realizam convênios com a USAID – United States Agency of International Development e com universidades americanas para treinamento de técnicos. Nos anos 1950, a criação do IBAM- Instituto Brasileiro de Administração Municipal e de instituições vinculadas aos cursos de arquitetura em expansão, como o CPEU- Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos junto à FAU/USP todos voltados ao trabalho junto aos municípios. Enquanto o CPEU e IBAM atuam diretamente vinculado aos órgãos técnicos das administrações municipais, o IAB- Instituto de Arquitetos do Brasil se volta para uma atuação política, articulando nacionalmente os arquitetos em torno da ideia de planejamento, e dialogando com as esferas municipal, estadual e federal do executivo e do legislativo. (Feldman, 2004)

A partir desse momento se define o que se chama de planejamento tecnocrático. Órgãos de planejamento com esta concepção que começaram a se instalar nos anos quarenta se intensificam nos anos cinquenta e se multiplicam a partir da criação do SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, em 1964, e de sua regulamentação em 1966, completando este ciclo. Com o SERFHAU, a liberação de recursos para elaboração de planos fica condicionada à criação de órgãos de planejamento nas administrações municipais, e se abre a possibilidade de contratação pelas prefeituras de empresas de consultoria para elaboração de planos. No estado de São Paulo houve um movimento anterior ao SERFHAU que disseminou a necessidade de elaboração de planos diretores, que aconteceu antes de maneira isolada nos municípios de São José dos Campos e Mogi das Cruzes. Cresceu uma visão técnica para os problemas de planejamento.

Esta tecnocracia associada ao planejamento coincide com o período militar que se iniciou em 1964, mas, seu desenvolvimento começou antes ainda, o processo foi longo e se inclui num projeto de reforma do Estado. A questão social que estava ausente, foi retomada neste período, devido a atuação da empresa SAGMACS- Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais,

criada em 1947 pelo padre Luís Joseph Lebet. No entanto suas ideias, irão influir nas administrações municipais depois, já no período democrático. (Feldman, 2004).

As práticas desenvolvidas pela SAGMACS e pelo CPEU aplicadas pelos órgãos de planejamento criados ao longo desse processo ficaram distantes da prática. Os órgãos oficiais não assumiram a coordenação do processo, pois a setorização e politização da máquina administrativa, principalmente nos anos 1950, os levou ao isolamento por serem essencialmente técnicos e desvinculados da política (FELDMAN 1996).

3 | PENSAMENTO CRÍTICO QUANTO AOS PLANOS DIRETORES

Segundo Flavio Villaça (1993) o abismo entre o Plano Diretor e a prática é tão imenso que precisa ser repensado. Acrescenta que há um descrédito dos planos, tanto pela classe política quanto pelos próprios urbanistas o que determinou a falência do modelo. Ter recepcionado bem o ideário importado sem o adaptar corretamente a nossa realidade foi, na opinião de Villaça (1993,p.1) a raiz desta falência, como afirma: “Não desprezamos a teoria que o primeiro mundo desenvolve do pós-modernismo. Achamos apenas que elas devem passar pelo teste da nossa realidade” (VILLAÇA1993).

Neste período os órgãos oficiais não elaboravam os planos, pois isto cabia as instituições de assistência técnica ou a empresas de consultoria. Eles passaram a elaborar e aplicar leis de zoneamento e se consolidaram como órgãos normativos. Emergiu assim a importância do zoneamento como instrumento de planejamento. Quanto aos efeitos do zoneamento já se estudou, em particular, sua vinculação aos interesses imobiliários e seu papel como indexador dos preços de terrenos. Cabe destacar que as normas de zoneamento não se articulam a políticas de desenvolvimento urbano ou a políticas habitacionais. O zoneamento é utilizado no Brasil como um poderoso instrumento de planejamento urbano, serve para controlar a densidade de ocupação pela quantidade de área construída, é fácil de assimilar por ser quantitativo e com nada a haver com a qualidade dos espaços da cidade. Os planos diretores são objeto de crítica devido sua falta de realidade.

4 | CONCLUSÕES

Uma parte das questões do planejamento dos anos 1960 e 1970 ainda permanece pouco estudada. As afirmações atuais são generalizantes, pois é difícil comparar os efeitos dos planos elaborados para as grandes cidades com o de cidades médias e pequenas do país. Uma exceção na região metropolitana é o

município de Mogi das Cruzes que foi um dos primeiros a adotar uma política de planejamento urbano. Originada pela discussão sobre a ligação da cidade com a Rodovia Presidente Dutra, que desde 1951 se tornara a principal rota de ligação entre Rio de Janeiro e São Paulo. A ligação da “estrada velha” que passava por Mogi das Cruzes, necessária e de vinte e quatro quilômetros de comprimento, induziu se fazer um plano para toda a cidade. Este caso escolhido como referência serve para reforçar o argumento subliminar deste artigo, que o plano de uma cidade, seja qual for sua dimensão nasce da necessidade local e não deve resultar de uma lei federal que a obrigue de realizar seu plano diretor em prazo determinado. São conhecidos os resultados desta exigência, atendida por planos feitos apenas para cumprir exigências federais, no Brasil.

REFERÊNCIAS

BARNETT, J. **Urban design as public policy**. New York. McGraw-Hill. 1974.

(FARIA, 2015) FARIA, Rodrigo Santos de. Urbanismo e movimento municipalista: interlocuções do debate urbanístico brasileiro-ibero-americano 1938/1946 – 1964: uma proposta de investigação. *Arquitextos*, São Paulo, ano 09, n. 106.05, Vitruvius, mar. 2009 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.106/68>>.

FELDMAN, Sarah. **Urbanismo e Planejamento Urbano no Brasil nos anos de 60, 70 e 80: permanências, inflexões e rupturas**. Seminário Campinas 230 anos. 2004. Site:<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/eventoseinformacoes/seminario230/2seminario_primeira.php> - acesso 20/11/2016.

FELDMAN, Sarah. **Planejamento e zoneamento. São Paulo: 1947-1972**. São Paulo, EDUSP/ FAPESP, 2005

LEME, MCS. **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo, Studio Nobel, 1999.

VILLAÇA, F. Plano diretor: modernismo e pós-modernismo.

Site: <<http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/pdfli993pdf>>

VIZIOLI, S.H.T. **Planejamento urbano no Brasil: a experiência do SERPHAU enquanto órgão de planejamento integrado ao desenvolvimento municipal**. Universidade de São Paulo, dissertação de mestrado. 1998.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 93, 194, 197, 204, 314, 388, 453
Apropriações 217, 219, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 424
Argamassa 103, 393, 395, 396, 407, 409, 410, 411, 412, 415, 465
Arqueologia Pós Desastre 96, 99
Arquitetura moderna 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 368, 417, 420, 422, 457
Arquitetura sensorial 1
Automação 357, 363, 364, 368, 369
Avaliação pós-ocupação 290, 292, 293, 301

B

Bacia de evapotranspiração 357, 365

C

Capoeira 37, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146
Concreto 20, 56, 57, 102, 104, 166, 224, 365, 366, 380, 381, 382, 384, 386, 388, 389, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 400, 402, 404, 405, 406, 407, 410, 413, 415, 416, 457, 459, 461, 465, 466
Construção sustentável 357, 359
Cultura 2, 4, 5, 6, 8, 11, 13, 15, 16, 30, 33, 34, 35, 37, 38, 41, 42, 46, 47, 48, 52, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 88, 95, 99, 106, 123, 132, 134, 135, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 152, 162, 163, 164, 165, 168, 170, 173, 174, 175, 185, 186, 188, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 216, 219, 223, 229, 230, 241, 242, 254, 286, 381, 422, 437, 448, 452, 457, 460, 468

D

Desastre ambiental 244
Documentação 12, 32, 42, 54, 58, 72, 80, 83, 90, 93, 94, 106, 117, 118, 325, 356, 383, 462

E

Educação patrimonial 92, 93, 151, 159, 192, 199, 200
Engenharia pública 302, 303, 304, 311, 314
Espaço de preservação 1
Espaço público 147, 155, 156, 157, 195, 197, 198, 202, 208, 210, 213, 214, 215, 217, 219, 225, 227, 229, 230, 276, 283, 287, 288, 289
Expansão urbana 256, 257, 259, 260, 261, 263, 276, 302, 304, 305, 307, 309, 310, 311, 312, 314

F

Fontes renováveis 370, 371, 373

H

Habitação 64, 194, 233, 264, 270, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 304, 314, 316, 319, 321, 327, 344, 440, 442, 448, 451, 457, 466, 468

Habitação de interesse social 270, 301, 319, 327

Habitação evolutiva 290

I

Impacto socioambiental 244

Inventário 59, 63, 79, 80, 83, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 147, 178, 179, 180, 181, 182, 323, 445

M

Manutenção 42, 51, 149, 151, 154, 183, 204, 206, 209, 213, 215, 236, 239, 247, 280, 285, 298, 329, 341, 347, 349, 350, 351, 352, 380, 381, 382, 386, 388, 390, 391, 429, 452, 455, 459, 484, 490

Matriz energética 370, 371, 372, 373, 374, 375, 377, 378, 379

Meio ambiente 1, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 47, 159, 161, 165, 170, 196, 244, 245, 248, 254, 255, 328, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 339, 340, 341, 342, 343, 345, 356, 366, 370, 372, 375, 394, 395, 404, 407, 447, 448, 462, 467, 468

Memória 14, 15, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 42, 46, 47, 54, 58, 70, 72, 74, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 106, 109, 141, 147, 148, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 165, 172, 174, 178, 183, 216, 229, 238, 241, 243, 246, 282, 288, 423

Memória coletiva 34, 38, 42, 46, 147, 148, 151, 152, 155, 156, 158, 165, 174, 183

Mineração 35, 46, 96, 97, 105, 107, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Museu 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 30, 43, 65, 81, 82, 106, 154, 169, 170, 185, 186, 192, 193, 196, 197, 200, 409, 480, 490

P

Paisagem 2, 32, 34, 35, 38, 40, 46, 47, 81, 87, 98, 107, 120, 159, 161, 162, 163, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 186, 187, 188, 190, 196, 197, 198, 199, 201, 220, 222, 244, 245, 246, 247, 250, 252, 255, 279, 280, 284, 285, 288, 289, 424, 437, 453

Parque 1, 5, 8, 9, 10, 11, 17, 43, 44, 45, 122, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 221, 224, 251, 254, 308, 311, 372, 436, 480, 484, 490

Patologias 101, 313, 380

Patrimônio 4, 5, 14, 32, 35, 42, 45, 48, 50, 54, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 100, 105, 107, 108, 109, 111, 112, 114, 120, 134, 135, 136, 140, 141, 145, 147, 148, 149, 152, 155, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 180, 181, 184, 187, 188, 190, 191, 194, 195, 197, 198, 200, 231, 243, 244, 245, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 260, 278, 279, 280, 282, 285, 288, 289, 310, 370, 381, 422, 446, 449, 453, 491

Patrimônio cultural 60, 61, 62, 63, 64, 65, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 90, 95, 96, 100, 105, 134, 135, 136, 140, 141, 145, 152, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 187, 190, 200, 244, 245, 253, 255, 370, 491

Patrimônio histórico 5, 14, 54, 63, 64, 71, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 89, 95, 107, 114, 136, 141, 148, 152, 163, 180, 190, 191, 194, 195, 197, 198, 200, 255, 278, 280

Patrimônio industrial 32, 35, 42, 45, 231

Pintura 10, 19, 85, 108, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 130, 138, 154, 228, 237

Planejamento urbano 120, 275, 278, 289, 321, 439, 440, 441, 443, 444, 470, 472, 487, 488, 491
Policromia 108, 109, 110, 111, 120
Pontes 380, 381, 382, 391, 392
Preservação 1, 2, 3, 8, 12, 32, 42, 46, 48, 50, 51, 59, 63, 64, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 99, 106, 109, 110, 120, 136, 142, 147, 148, 149, 151, 152, 157, 158, 163, 164, 165, 168, 172, 174, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 249, 280, 286, 289, 310, 319, 332, 427, 453, 463, 477, 491

R

Reconstituição 14, 24, 391
Regularização fundiária 302, 304, 308, 309, 310, 311, 314, 316, 317, 319, 320, 321, 322, 324, 326, 327
Resíduos 299, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 353, 354, 355, 356, 393, 394, 395, 396, 404, 405, 406, 407, 408, 414, 415, 452, 453, 465, 467
Resíduos sólidos urbanos 331, 333, 334, 335, 338, 339, 341, 344, 394

S

Serviço social 134, 135, 136, 144
Sustentabilidade 6, 89, 170, 194, 200, 246, 255, 284, 291, 344, 346, 354, 358, 361, 366, 367, 369, 446, 447, 448, 452, 459, 468

T

Teatros 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 30, 31, 81, 225
Território 41, 74, 82, 159, 162, 163, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 187, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 227, 248, 254, 318, 329, 422, 423, 424, 425, 427, 428, 429, 430, 433, 434, 436, 438, 448, 453, 463, 466, 471, 472, 474, 475, 476, 477, 479, 480, 482, 484, 490

V

Valorização 4, 42, 48, 49, 87, 93, 95, 113, 145, 148, 156, 164, 175, 187, 190, 191, 195, 197, 199, 283, 308, 458

